

31 deputados já retiraram assinatura da PEC da reforma

Presidente da Casa, no entanto, teria dito a interlocutores que pularia etapas

Por Martha Imenes

A reforma administrativa está ganhando “desadeptos”: dos 171 deputados e deputadas que assinaram a proposta de reforma administrativa (PEC 38/2025) de Hugo Motta (REP-PB) e Pedro Paulo (PSD-RJ), 31 já retiraram suas assinaturas. Enquanto o texto parece perder força em meio à pressão dos servidores e servidoras, o presidente da Câmara, Hugo Motta, reforça sua intenção de votar a reforma diretamente em plenário.

A retirada das assinaturas não tem um efeito prático: a retirada de tramitação da PEC ocorreria somente com a apresentação de requerimento coletivo subscrito por pelo menos 86 signatários da proposta, que precisaria ser apresentado antes da apreciação da proposta em qualquer instância. Mesmo assim, mostra o desgaste da PEC e é efeito da pressão das categorias e entidades que as representam.

A resposta de Motta é dobrar a aposta: nessa quinta-feira (4), segundo o Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (Fenajufe), ele reafirmou sua ameaça de acelerar a tramitação. Em entrevista ao Estadão/Broadcast na



Presidente da Câmara, Hugo Motta, mesmo com retirada de assinaturas mantém projeto

saída de um evento, foi claro: “A minha ideia é levar direto para o plenário”. Isso seria feito apenas a proposta a outra PEC que já tenha a tramitação mais adiantada. Dessa forma, pularia os debates e votações em todas as comissões da Casa.

Mobilizações de servidores e servidoras têm ampliado a pressão sobre os deputados e deputadas, incluindo a Marcha a Brasília contra a reforma administrativa, que reuniu milhares de pessoas na capital federal, com participação de entidades e de servidores

e servidoras das três esferas – federais, estaduais e municipais. Ao mesmo tempo, a ação junto aos gabinetes apresentou aos deputados e deputadas os argumentos que demonstram como a proposta geraria prejuízos aos servidores e também aos serviços públicos.

Quem já retirou a assinatura

- Adail Filho - REP AM
- Alexandre Guimarães - MDB TO
- Allan Garcês - PP MA
- Coronel Assis - União MT
- Coronel Fernanda - PL MT
- Delegado Caveira - PL PA
- Delegado da Cunha - PP SP
- Doutor Luizinho - PP RJ
- Duda Ramos - MDB RR
- Emidinho Madeira - PL MG
- Fatima Pelas REDE AP
- Helena Lima - MDB RR
- Henderson Pinto - MDB PA
- Lucio Mosquini - MDB RO
- Marussa Boldrin - MDB GO
- Pastor Diniz - União RR
- Pastor Gil - PL MA
- Paulinho da Força - Solidariedade SP
- Pedro Lucas Fernandes - União MA
- Pedro Westphalen - PP RS
- Rafael Prudente - MDB DF
- Renilce Nicodemos - MDB PA
- Marx Beltrão - PP AL
- Murilo Galdino - REP PB
- Sanderson - PL RS
- Silvye Alves - União GO
- Thiago de Joaldo - PP SE
- Thiago Flores - REP RO
- Zé Adriano - PP AC
- Zé Haroldo Cathedral - PSD RR
- Zucco - PL RS

PL que cria piso para Educação vai à CCJ

Da redação

Deve ser apresentado nesta semana o relatório sobre a criação do piso salarial nacional para profissionais da educação básica que não são professores, conforme anunciou o deputado e relator do projeto, Danilo Forte (União-CE) durante audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara.

A audiência analisou o Projeto de Lei 2531/2021, que fixa o piso desses trabalhadores em 75% do valor pago aos professores. O texto abrange assistentes de administração, secretários escolares, cozinheiras, inspetores de alunos, porteiros e auxiliares de serviços gerais.

O diretor de programas do Ministério da Educação, Armando Amorim Simões, defendeu o mérito do projeto, mas sinalizou que alguns ajustes são necessários para evitar futuras contestações na Justiça. A pasta coordena um

grupo de trabalho com entidades sindicais e de gestores para aperfeiçoar o texto.

Simões aponta, por exemplo, a definição de quem são os “profissionais da educação” e divergências entre o texto do projeto e as definições atuais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e da Lei 14.817/24.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) manifestou preocupação com os custos da medida, estimando um impacto anual de R\$ 20,1 bilhões aos cofres municipais. Os representantes desses trabalhadores, porém, reba-teram a afirmação, salientando as dificuldades enfrentadas pela categoria e argumentando que muitos recebem apenas um salário mínimo mesmo após anos de serviço.

“Nós somos a espinha dorsal da escola. Temos orgulho de limpar o chão e de fazer a merenda, mas precisamos ter dignidade e pão na mesa. Será que um prefeito ou um deputado sobreviveria com



Deputado Danilo Forte é o relator do projeto na comissão

um salário mínimo?”, observou a presidente da Associação dos Servidores da Secretaria de Educação do Ceará, Rita de Cássia Araújo.

Já a presidente da Associação dos Servidores Administrativos da Educação do Amazonas, Elicleia Lopes Branch, afirmou que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) tem recursos suficientes para cobrir o reajuste.

Deputados como a Professora Luciene Cavalcante (Psol-SP) e Patrus Ananias (PT-MG) defenderam a aprovação célere do projeto.

Forte, deputado relator da proposta, explicou que a expectativa é de que o PL seja votado na comissão até o fim do ano legislativo, em 22 de dezembro.

O PL tramita em caráter conclusivo nas comissões. Se for aprovado na CCJ e não tiver recurso para votação em Plenário, ele seguirá diretamente para o Senado.